

O DEUS MERCADO

Ivo Tonet

1. Introdução

Frequentemente ouvimos expressões como estas: O mercado está ansioso, o mercado está com expectativas, o mercado não gostou, o mercado está estressado, o mercado reagiu mal ou bem.

Esse tal de mercado parece uma pessoa, pois essas expressões são típicas de sentimentos de pessoas humanas. Mas, além disso, ele parece ser uma entidade muito poderosa, misteriosa e com qualidades super-humanas. Uma entidade que parece ter muito poder sobre as nossas vidas. Diante dessas manifestações, sentimo-nos intimidados. As ações e reações deste ser podem ter um impacto muito grande nas nossas vidas. Por isso mesmo, dizem-nos os “experts”, é preciso ser cuidadoso com ele, ter atitudes positivas para com ele, aplacar a sua irritação, a sua ansiedade, o seu estresse. Se for necessário, também será preciso oferecer-lhe sacrifícios para que ele não nos faça mal.

O que será essa entidade? Será ela algo real ou imaginário? Ela sempre existiu? Qual é a origem dela? Por que ela é tão poderosa e misteriosa? É possível compreendê-la? A quem ela serve? Quais as consequências para a vida das pessoas? Ela deve ser aceita como algo natural ou pode ser questionada e eliminada? Podemos viver sem mercado?

Muitas perguntas. Vamos tentar responder de maneira bem acessível.

2. Um pouco de história

Você nasce em uma determinada sociedade onde tudo é mercantil e aparentemente natural. Essa é a sociedade capitalista. Tudo nela parece natural. É natural comprar e vender coisas. É natural haver patrões e trabalhadores. É natural haver ricos e pobres. É natural haver dinheiro. É natural haver propriedade privada. É natural haver salários. Tudo parece natural, isto é, que sempre existiu e que não poderia ser diferente.

Mas, será mesmo assim? Para o peixe, que nasce dentro da água, o ambiente no qual ele vive lhe parece natural. Mesmo se pudesse pensar, ele não teria a menor ideia de que as coisas pudessem ser diferentes. Para poder questionar a situação dele, ele teria que poder sair da água, ver as coisas de fora, de outro ponto de vista. O peixe não pode, mas nós podemos. Por que? Porque somos humanos e não animais. Como? Examinando o processo histórico. Não partindo da situação atual e transferindo para toda a história, mas partindo do começo da história da humanidade e, nisto, tomando por base uma atividade que deu origem à humanidade e sem a qual ela não poderia continuar a existir.

Refiro-me à atividade de trabalho. Como surgiu a humanidade? Quando um tipo de primata começou a trabalhar, isto é, a transformar intencionalmente a natureza, surgiu esse novo tipo de ser que somos nós, o ser social, a humanidade. Isso nos diz que o trabalho não só transforma a natureza, mas também transforma o ser humano. A consequência disso é que toda a realidade social, tanto aquela que está fora de nós, como aquela que está dentro de nós (nossa natureza, nossos desejos, sentimentos, ideias, afetos, etc.), tudo é resultado da nossa atividade social. Nada há de natural. Tudo, absolutamente tudo, é produzido pelos seres humanos ao longo do processo histórico.

Então, se nada é natural, isto é, produzido pela natureza, mas pela nossa atividade, como é que as coisas aconteceram? Vamos à história, ainda que em grandes passadas.

Segundo as últimas pesquisas, a humanidade tem por volta de 100 mil anos. Durante mais ou menos 85 mil anos não havia nem ricos nem pobres, nem propriedade privada, nem dinheiro, obviamente não havia salários, não havia patrões e trabalhadores, não havia compra e venda de nada. Portanto, não havia mercado. Como, então, se davam as coisas? Bom, inicialmente, a humanidade era constituída de pequenos grupos nômades. Esses pequenos grupos extraíam da natureza as coisas de que precisavam para satisfazer as suas necessidades. Durante muito tempo, esses grupos estavam isolados e só produziam o que consumiam. Não havia sobras. Com o tempo, grupos diferentes começaram a entrar em contato uns com os outros. Isso levou à constatação de que cada grupo dispunha de coisas diferentes, que poderiam interessar a outros grupos. Começou, então, a troca. Mas, atenção: as coisas eram produzidas para atender as necessidades das pessoas e não para serem trocadas. Só era trocado algo que sobrava e poderia ser útil para algum grupo.

Lembremos que é da natureza do trabalho humano poder produzir sempre algo novo, diferente. Isso possibilitou que, ao longo de milhares de anos, os seres humanos pudessem desenvolver conhecimentos, técnicas e ferramentas que lhes permitiram melhorar cada vez mais a produção de coisas para suprir as suas necessidades.

Resumindo um processo longo e complexo. Durante milhares de anos as coisas eram produzidas para satisfazer as necessidades humanas e só poucas coisas eram trocadas. E, mesmo assim, a troca não era realizada por intermédio de dinheiro. Este não existia. As coisas eram trocadas por outras coisas. Por exemplo, facas ou machados de pedra lascada ou polida por peles de animais. Na medida em que se ampliava a produção, mais coisas ficaram disponíveis para serem trocadas.

O aumento dos conhecimentos acerca da natureza, o aperfeiçoamento de ferramentas as mais variadas, os desenvolvimentos de novas técnicas e habilidades, tudo isso contribuiu para ampliar a capacidade dos seres humanos de produzir bens necessários. Há mais ou menos 12 mil anos houve uma grande virada na história da humanidade. Os homens descobriram a agricultura e a

domesticação de animais. Descobriram que era mais produtivo plantar do que simplesmente tirar da natureza os produtos. Também descobriam que era mais produtivo domesticar alguns animais do que simplesmente matá-los. Isso possibilitou uma produção de bens muito maior do que até então. Também descobriram que, produzindo mais e com isso podendo sustentar mais pessoas, era mais produtivo escravizar os prisioneiros em vez de matá-los. Eles poderiam produzir mais do que consumiam e, com isso, os seus donos poderiam enriquecer. Foi o começo da propriedade privada, da escravidão, das classes sociais e da luta de classes. Foi, também, nesse período que surgiu a desigualdade social. Alguns – muito poucos – eram ricos e outros – a imensa maioria – eram pobres. Mas, como vimos, a riqueza dos ricos não era um produto natural. Era o resultado da exploração dos trabalhadores escravos.

O aumento da produção propiciado pela revolução neolítica fez com que muitos grupos deixassem de ser nômades e se fixassem em determinados locais, dando origem às primeiras cidades. Dentro delas, determinados espaços foram sendo organizados para permitir as trocas de produtos. Surgiu, então, o mercado. No entanto, nesse tempo, as coisas ainda eram trocadas diretamente, umas pelas outras. O aumento das trocas levou, com o tempo, à criação de um meio que as facilitasse. Durante muito tempo, esse meio era simplesmente determinado produto – sal, chocolate, etc. Por volta do século 6 A.C., na Lídia (hoje, Turquia), segundo a teoria mais aceita, foi criado o dinheiro, uma moeda de metal, para facilitar as trocas.

Quem conhece um pouquinho de história sabe que, no mundo ocidental, ao escravismo se sucedeu o feudalismo e, depois, o capitalismo, no qual vivemos até hoje.

Durante o escravismo e o feudalismo, ser rico era ter terras e escravos ou servos. A ampla maioria das coisas era produzida para ser usada, não para ser vendida. Certamente, existia o comércio, pois o desenvolvimento das forças produtivas, sob a nova forma da propriedade privada, permitia a produção de um excedente bastante grande. Mas, mesmo o objetivo da troca, nesse período, era a compra e venda de mercadorias e não a acumulação de dinheiro. Conforme a clássica fórmula de Marx: M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria). O dinheiro era apenas um meio para facilitar o intercâmbio de mercadorias.

Em resumo: não era o mercado que dominava a produção. Como já disse, a produção estava voltada para o atendimento das necessidades humanas – numa sociedade de classes, é claro, - e não para a acumulação de riqueza.

3. Um novo mercado: capitalista

Ao longo do feudalismo, as coisas foram mudando. Como se sabe, o feudalismo era um sistema de feudos, isto é, de grandes extensões de terras, doadas pelo rei aos nobres. Deles fazia parte, além dos nobres e sua corte, um determinado número de servos e camponeses. Cada feudo

produzia praticamente tudo o que consumia. Ao contrário dos escravos, para os quais o aumento da produção não resultava em melhoria de vida, os servos e camponeses tinham interesse em aumentar a produção, pois isto significava, também para eles, alguma melhoria. Com isso, aos poucos, os feudos foram produzindo mais do que era consumido. A partir daí, em determinadas localidades foram sendo organizadas feiras para comercializar os excedentes. Além disso, também foi intensificado o comércio com o Oriente. Lembremos que o feudalismo começou por volta do século 4 D.C., com a derrocada do escravismo. No entanto, foi apenas a partir dos séculos 11/12 em diante que estas feiras e este comércio se intensificaram.

Deste modo, foi sendo gerada, no interior do sistema feudal, uma grande quantidade de dinheiro, que resultava da compra e venda de mercadorias. Era o chamado capital mercantil. Comerciantes (burgueses), interessados em atender a crescente demanda por novos produtos, começaram a investir esse capital na produção e não apenas na compra e venda de mercadorias. Mas, o investimento na produção necessitava de uma mercadoria que ainda não existia – a força de trabalho livre. Foi, então que, tendo à frente a Inglaterra, começou a expulsão dos servos e camponeses das terras, nas quais trabalhavam, para darem lugar a grandes pastagens para a criação de gado, especialmente ovelhas, produtoras de lã. A maioria deles se transformou em força de trabalho livre, isto é, em uma mercadoria – força de trabalho – para ser vendida a quem interessasse e pudesse comprar.

O encontro do capital mercantil com a força de trabalho livre foi o lançamento da pedra fundamental do capitalismo, do mercado como regulador da produção econômica e, por consequência, de toda a vida social.

Para compreender o que é o mercado – capitalista – é preciso entender o que é e como se produz o capital.

Como dissemos, com a articulação entre força de trabalho livre e capital mercantil nasce uma forma inteiramente nova de produzir a riqueza. Trabalhador e capitalista fazem um contrato (não necessariamente escrito e/ou legalizado). Mediante esse contrato, o trabalhador se compromete a trabalhar determinada quantidade de horas para o capitalista. Este, por sua vez, se compromete a pagar ao trabalhador um determinado salário. Todas as mercadorias produzidas, inclusive aquela que ele comprou do trabalhador – a força de trabalho – pertencem ao capitalista. Por sorte do capitalista e infelicidade do trabalhador, ao longo dessa jornada de trabalho, o trabalhador produz muito mais do que seria necessário para pagar o seu salário. Essa parte que sobra é a chamada mais-valia e também pertence ao capitalista. Esta é a forma capitalista de produzir riqueza. Tudo se transforma em mercadoria, inclusive o próprio trabalhador.

Mas, agora, o objetivo do capitalista não é produzir coisas para serem usadas, mas para gerar lucro. Conforme a nova fórmula de Marx: D-M-D' (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro) O

símbolo, junto ao último D, expressa o fato de que o objetivo não é apenas resgatar o dinheiro investido na compra da mercadoria, mas aumentar a sua quantidade. Capitalismo implica, necessariamente, o aumento do valor investido. Neste processo, o valor de uso, isto é, a produção para atender as necessidades das pessoas, fica subordinado ao valor de troca, aquele que tem por fim ter lucro. Certamente, o que é produzido tem que ter alguma utilidade para alguém. Porém, o mais importante é que ele gere lucro. Se não gerar lucro, não será produzido, mesmo que haja pessoas que necessitem de determinada coisa.

Milhares de coisas são produzidas por milhares de empresas. Como a produção não é planejada antecipadamente para atender as necessidades humanas, mas para gerar lucro, o produtor terá que levá-las ao mercado para saber se há interesse por elas. Mas, as mercadorias são muito diferentes. Como fixar o preço delas? Como comparar coisas tão diferentes? Quantos sacos de trigo seriam necessários para comprar uma geladeira? Deveria haver algo de comum entre todas as mercadorias para que a troca pudesse se realizar. Aprofundando conhecimentos elaborados por outros autores, Marx descobriu que o que possibilita essa comparação é o tempo de trabalho socialmente – não individualmente – necessário para a produção de cada coisa. O tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria é a medida do valor dela e é ele que permite fixar o seu preço. Essa é a lei mais importante do sistema capitalista, a lei do valor. Cada mercadoria tem um determinado custo para ser produzida, isto é, o dispêndio de determinada quantidade de energia física e mental. O preço dela será fixado em relação a esse custo, podendo oscilar para baixo ou para cima, dependendo de outras circunstâncias, como a concorrência entre capitalistas, a lei da oferta e da procura, etc.

De acordo com José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006, p. 91), “A lei do valor é, no âmbito da produção de mercadorias, o único regulador efetivo da produção e da repartição do trabalho e funciona à *revelia* dos homens, como algo completamente fora do seu controle; (...).

É importante destacar esse fato. Todo esse processo de produção, distribuição e consumo das mercadorias não é planejado pelos homens. Ele tem suas leis próprias e funciona de modo independente da vontade, dos interesses e dos desejos dos homens. Exatamente porque seu objetivo não é atender as necessidades humanas, mas a acumulação cada vez mais ampla de capital. Lembremos que capital pode ter formas diversas: dinheiro, mercadorias, meios de produção.

Acontece que a produção, no sistema capitalista sempre implica a concorrência. Cada capitalista produz o que acha que vai lhe dar mais lucro. Não há um plano geral antecipado que estabeleça quais são as necessidades e o que deverá ser produzido para atendê-las. Isso faz com que cada capitalista concorra com todos os outros do seu ramo e também com todos os outros capitalistas, buscando obter o maior lucro possível. Também faz com que o preço das mercadorias oscile ao redor do seu valor. Vale dizer, na busca por obter maior lucro do que os seus concorrentes,

cada capitalista pode vender abaixo o acima do valor das mercadorias. Os próprios trabalhadores também concorrem entre si, buscando vender sua força de trabalho nas melhores condições possíveis. Isso faz do capitalismo um sistema de concorrência generalizada.

De modo geral, se há uma demanda maior de alguma mercadoria, seu preço tende a subir. Se há uma demanda menor, ele tende a cair. É a famosa lei da oferta e da procura.

Como as mercadorias não podem ser trocadas diretamente umas pelas outras, era necessário encontrar um elemento que pudesse expressar o valor de qualquer uma delas. Esse meio foi o dinheiro. Como se sabe, o dinheiro existia há muito tempo. Mas, só agora, com a generalização da troca, com todas as coisas sendo produzidas como mercadorias, isto é, visando o lucro e não o atendimento das necessidades humanas, é que o dinheiro se tornou o equivalente universal, isto é, aquele que pode expressar o valor de qualquer mercadoria. E, portanto, possibilitar a troca das mercadorias.

O dinheiro é a mercadoria por excelência. É ele que estabelece a forma como você pode estar inserido no mercado. É ele que determina se você vai ter ou não, e em que medida, acesso às mercadorias. Como os capitalistas, sendo proprietários dos meios de produção (máquinas, terras, instalações, etc.) e da mais-valia originada da exploração dos trabalhadores, canalizam para si a maior parte da riqueza, são eles que tem maior acesso aos bens. Mas, é importante assinalar de novo: o mercado comanda a vida de todos, dos trabalhadores e dos capitalistas, embora deixando-os em situações muito diferentes.

Ao longo do seu desenvolvimento, o capitalismo vai se tornando cada vez mais complexo. E também cada vez mais irracional e desumano, por sua própria lógica, embora desenvolva muito a capacidade de produzir riqueza, não pode atender as necessidades humanas. Desse modo, o mercado também vai se tornando cada vez mais complexo, implicando não só as mercadorias, mas também o mercado de capitais, as bolsas de valores. É, portanto, natural que os proprietários dos meios de produção, das mercadorias e do capital sejam os mais beneficiados por esse sistema e tenham o maior interesse em defendê-lo.

Dizem os defensores do mercado que ele é uma expressão da natureza humana. Segundo eles, todos nós nascemos egoístas. Por isso, cada um de nós busca o seu interesse pessoal. Daí nasce a desigualdade social. A concorrência, estabelecida pelo mercado, seria o meio mais adequado para equilibrar essa desigualdade, impedindo que ela se tornasse muito aguda. Seria a famosa “mão invisível” do mercado. Nesse sentido, o mercado, a troca, sempre teria existido. O mercado capitalista seria apenas a forma mais aperfeiçoada possível dessa troca que se fundamentaria na verdadeira natureza humana.

No entanto, como pudemos ver, examinando o processo histórico, a natureza humana é histórica e social, isto é, é resultado da atividade humana. Nós não nascemos nem egoístas nem

solidários. O que nos faz egoístas ou solidários é o conjunto das relações sociais que nós mesmos vamos criando. Entre essas relações, uma ocupa um lugar todo especial: a relação de trabalho. As relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformar a natureza serão as responsáveis fundamentais – não, obviamente, únicas – pelo nosso egoísmo ou pela nossa solidariedade.

Além disso, o mercado nem sempre existiu. De modo, especial, o mercado, sob a sua forma capitalista, é algo muito recente na história da humanidade. Sua origem, sua natureza, seu poder, seu caráter misterioso, tudo isso pode ser claramente conhecido. Ele resulta de uma determinada forma da atividade humana, de um determinado processo de produzir e repartir a riqueza. Isso nada tem da natural e muito menos de divino.

4. Possibilidade de superação do mercado

Dentro da sociedade capitalista, todos nós somos, independente da nossa vontade, comandados pela lógica do capital, pelo mercado. Mas, como ela não é natural, isto é, resultado das leis da natureza, mas social, vale dizer, produto da atividade humana, ela também pode ser superada. É plenamente possível acabar com a produção capitalista da riqueza e, portanto, com todas as categorias que compõem o mercado. Basta, para isso, organizar outra forma de produzir a riqueza. Essa forma é o que Marx chamada de trabalho associado, Em síntese, trabalho associado é uma forma de trabalho na qual todos contribuem, segundo as suas capacidades e possibilidades, para a produção da riqueza. A contribuição de todos reduziria muitíssimo, dado o enorme avanço tecnológico, o tempo de trabalho necessário para produzir a riqueza. Esta seria produzida, de modo planejado, para atender as necessidades humanas e não para acumular capital. Isso eliminaria a exploração do homem pelo homem e todas as formas de desigualdade social.

Conclusão

Como nascemos dentro de uma sociedade capitalista, onde o mercado é o grande regulador da vida social, e como, na maioria das vezes, não temos acesso a um conhecimento que nos permita compreender o processo capitalista de produção e repartição da riqueza, tudo nos aparece como sendo natural, misterioso e muito poderoso. Nada nos restaria fazer a não ser adaptar-nos a essa situação, correndo, cada um de nós, atrás dos seus interesses particulares numa competição de todos contra todos. Quando, porém, temos acesso a esse conhecimento, percebemos que o mercado capitalista nada mais é do que o resultado de determinadas atividades humanas, das quais, a mais fundamental é a atividade de produção da riqueza. O processo social concreto fez com que essas atividades assumissem uma forma natural, misteriosa e muito poderosa e controladora da nossa vida. Mas, não são eternas e nem insuperáveis.

Bibliografia

HUBERMAN. L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro, LTC, 1986.

MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1975.

_____, *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

PAULO NETTO, J. e BRAZ, MARCELO. *Economia política – uma introdução crítica*. São Paulo, Cortez, 2006.

TONET, I. *Sobre o socialismo*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

Maceió, junho de 2016

Ivo Tonet